



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1005151-51.2018.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Anulação de Débito Fiscal**  
 Requerente: **Aline Ryter**  
 Requerido: **"Fazenda Pública do Estado de São Paulo"**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Dispensado o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC-15, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas.

O protesto comprovado à pág. 20 diz respeito ao veículo placa JPO-5104, IPVA de 2015, em relação ao qual o próprio fisco já reconheceu (embora em relação ao exercício de 2016, mas por fundamentos que se estendem ao exercício de 2015) a inexistência de relação jurídico-tributária, conforme despacho fiscal copiado à pág. 37/38.

A inexistência dessa relação jurídica está respaldada, ainda, no DUT de pág. 83, onde vemos que realmente a autora foi vítima de fraude, porque não consta, no DUT, o seu 'de acordo'.

Os pedidos declaratório de inexistência de relação jurídico-tributária, inclusive em relação a exercícios futuros, de condenação do réu na obrigação de retirar o nome da autora do Cadin, e de cancelamento do protesto, devem pois ser acolhidos.

O pedido indenizatório também deve ser acolhido, embora em parte.

Houve dano moral com o protesto e a inscrição no Cadin, vez que, como se



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

sabe, "nos casos de protesto indevido de título ou inscrição irregular em cadastros de inadimplentes, o dano moral se configura in re ipsa, isto é, prescinde de prova " (AgInt no AREsp 1237491/SP, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, 4ªT, j. 08/05/2018).

A responsabilidade, no caso, deve ser dividida entre as partes, porque faz-se presente a culpa concorrente. Duas causas relevantes deram ensejo ao protesto e inscrição indevida da autora, em relação ao IPVA de 2015. A primeira: inércia injustificável da fazenda estadual que, ao acolher administrativamente o cancelamento do IPVA de 2016 (págs. 37/38), deveria, em relação de lealdade e boa-fé com o particular, ter de ofício revisto o lançamento do ano anterior, de 2015. A segunda: inércia também injustificável da autora, que deveria ter cooperado ativamente e solicitado o cancelamento do lançamento tributário de 2015. A responsabilidade é igual para os dois.

A indenização seria arbitrada em R\$ 6.000,00, segundo os parâmetros da jurisprudência, levando em conta a extensão da lesão mas também o fato de que na origem o imbróglio originou-se de fraude praticada por terceiro, de que não houve dolo por parte da fazenda estadual, e de que esta inclusive concordou com o cancelamento do lançamento tributário e do protesto e inscrição no Cadin, após tomar conhecimento da pretensão com a citação. Todavia, por conta da concorrência de culpas, é reduzida a R\$ 3.000,00.

Julgo parcialmente procedente a ação movida por Aline Ryter contra a Fazenda Estadual para (a) declarar a inexistência de relação jurídico-tributária entre as partes, relativamente ao veículo placa JPO-5104, desde o exercício de 2015, inclusive, em diante (b) confirmada a liminar de págs. 97/98, cancelar definitivamente o protesto, determinando à serventia que, com o trânsito em julgado, expeça ofício ao cartório extrajudicial par esse fim, e condenar o réu na obrigação de excluir definitivamente o nome da autora do Cadin, sob pena de multa diária de R\$ 100,00 (c) condenar o réu a pagar à autora R\$ 3.000,00, com atualização monetária pelo IPCA-E desde a data desta sentença, e juros moratórios equivalentes à remuneração adicional



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

aplicada às cadernetas de poupança, desde a data do protesto.

Sem verbas sucumbenciais (art. 55 da Lei nº 9.099/95).

Cumpra-se a decisão de pág. 97/98 na parte que determinou a redistribuição.

P.I.

São Carlos, 16 de junho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**